

# Parque Estadual Xixová-Japuí: análise do relacionamento com a população de entorno (Bairro Japuí)

State Park Xixová-Japuí: analysis of the relationship with the entorno population (Quarter Japuí)

Parque Estadual Xixová-Japuí: análisis de la relación con la población de entorno (Barrio Japuí)

*Michele Correa Lau\**

*Denis Moledo de Souza Abessa\*\**

*Rogério Hartung Toppa\*\*\**

**RESUMO:** Este trabalho analisa as interações mantidas entre a comunidade do Bairro Japuí, situado no município de São Vicente (SP), e o Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ). Para tal, foram aplicados questionários semiestruturados a moradores do bairro e atores relacionados ao Parque, incluindo seu gestor à época, abordando aspectos sobre informação ambiental, interação com o território da UC, conhecimento e disponibilidade de informações sobre o Parque. Os resultados revelam um bairro de classe média baixa, cujos moradores detinham em geral baixo grau de instrução. O relacionamento da comunidade com a gestão do PEXJ era praticamente inexistente, o que pode ter sido consequência da não inserção da população nos assuntos dessa UC. Evidenciou-se também o baixo conhecimento e interesse sobre o parque, por parte dos moradores, bem como o insucesso da administração, até aquele momento, em inserir a comunidade na discussão e gestão da unidade. Tal situação provocou uma relação conflituosa entre o PEXJ e membros da comunidade, levando a um cenário onde a gestão não era baseada em ações participativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente. População. Impacto ambiental.

**ABSTRACT:** This work analyzes the interactions between the community of Japuí Quarter, in the city of São Vicente (SP), and Xixová-Japuí (PEXJ) State Park. For doing this, a semi-structured questionnaire was applied to inhabitants of the quarter and actors related to the Park, including its manager at the time, approaching aspects on environmental information, interaction with the UC (Unit of Conservation) territory, knowledge and availability of information on the Park. The results showed a low middle class population with low degree of instruction in general. The relationship of the community with PEXJ management was almost nonexistent, something which may result from the fact the population are not considered by the UC. One also proved the low knowledge and interest on the Park by inhabitants, as well as the failure of the administration, until that moment, in inserting the community in the unit's discussion and management. Such situation allowed the establishment of a conflicting relationship between the PEXJ and members of the community, leading to a situation where management has not established participative actions.

**KEYWORDS:** Environment. Population. Environmental impact.

**RESUMEN:** Este trabajo analiza las interacciones entre la comunidad del barrio Japuí, en la ciudad de São Vicente (SP), y el parque estadual de Xixová-Japuí (PEXJ). Se utilizó un cuestionario semi-estructurado con los habitantes del barrio y los agentes relacionados con el parque, incluyendo su encargado en ese entonces, acercándose a aspectos de la información sobre el medio ambiente, la interacción con el territorio de esa UC (unidad de conservación), el conocimiento y a la disponibilidad de información sobre el parque. Los resultados demostraron una población de clase media baja con grado bajo de instrucción en general. La relación de la comunidad con la gerencia de PEXJ era casi no existente, algo que puede resultar del hecho que la UC no considera a la población. Uno también probó el bajo conocimiento y interés de los habitantes por el parque, así bien la falta de iniciativas de la administración, hasta ese momento, en la inserción de la comunidad en la discusión de la unidad y de la gerencia. Tal situación permitió el establecimiento de una relación de conflicto entre el PEXJ y los miembros de la comunidad, llevando a una situación donde la gerencia no ha establecido acciones participativas.

**PALABRAS-LLAVE:** Ambiente. Población. Impacto ambiental.

\* Bióloga. Graduada pela UNESP *Campus* Experimental do Litoral Paulista. E-mail: micheleclau@gmail.com

\*\* Biólogo. Doutor em Oceanografia Biológica pelo IOUSP. Professor na UNESP *Campus* Experimental do Litoral Paulista. E-mail: dtabessa@clp.unesp.br

\*\*\* Doutor em Ecologia e Recursos Naturais da UFSCar. Professor do *Campus* de Sorocaba da UFSCar.

## Introdução

A criação de Unidades de Conservação (UC) tem se mostrado, entre diferentes alternativas, uma importante estratégia para a conservação de ecossistemas e a manutenção da qualidade de vida humana<sup>1</sup>. Discussões sobre a participação das populações nos processos de gestão e manejo dessas áreas se dão sob diferentes escopos: legal, acadêmico, científico e institucional. O IV Congresso Mundial de Parques, realizado em 1993, deu origem à Declaração de Caracas, a qual faz importantes considerações sobre as populações e as UC, considerando a necessidade: a) do estabelecimento e do manejo de sistemas das UC realizarem-se de forma sensível aos anseios da população local; b) das comunidades, organizações não governamentais (ONG) e instituições privadas participarem no estabelecimento e manejo dos Parques, e dos governos desenvolverem ações que permitam a todos os setores colaborarem para o planejamento, estabelecimento e manejo dos Parques; c) de informar e educar os setores sobre a importância das áreas protegidas, seus benefícios econômicos, sociais e ambientais, para obter sua colaboração e participação<sup>2</sup>.

No Brasil, de acordo com a Lei Federal n. 9985/00, que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Plano de Manejo é o documento que rege as normas de gestão e manejo das UC, devendo incluir medidas que promovam a integração do território dos Parques e suas áreas relacionadas, à vida econômica e social das comunidades vizinhas<sup>3</sup>. Além disso, o SNUC prevê que seja assegurada a participação das populações locais na criação, gestão e implantação de

UC, além dos mecanismos necessários para essa participação.

Considerando que a participação popular na gestão e manejo das UC leva ao cumprimento dos preceitos socioecológicos dessas unidades<sup>4-6</sup>, o objetivo deste trabalho foi analisar a interação entre a comunidade do Bairro JapuÍ e o meio ecológico e administrativo do PEXJ.

## Material e métodos

Foram utilizados três questionários semiestruturados direcionados ao gestor do Parque na época<sup>a</sup>, aos moradores do Bairro JapuÍ (30 entrevistados) e a membros da ONG "SOS Itaquitanduva" que atuam diretamente com as questões socioambientais do PEXJ (3 entrevistados). Toda amostragem foi realizada entre abril e agosto de 2008.

O primeiro questionário contou com 17 questões abertas direcionadas a reconhecer o ponto de vista do gestor da UC sobre a participação popular, a comunidade do JapuÍ e o relacionamento que esta mantém com o PEXJ. O questionário direcionado aos moradores foi elaborado com base em pré-testes aplicados a alguns representantes da comunidade indicados pelo gestor do Parque, seguindo-se a utilização do Método Bola de Neve<sup>7</sup>.

Tal questionário continha 29 perguntas entre questões abertas e fechadas e foi dividido em cinco blocos referentes à caracterização e perfil do morador; caracterização do relacionamento com o território da UC; informação ambiental e conhecimento sobre o Parque, disponibilidade de informações à comunidade e perguntas de opinião. O questionário aplicado aos membros da ONG, com 30 ques-

tões abertas e fechadas, manteve a mesma estrutura do anterior, tendo sido adicionado um bloco de perguntas para caracterização da ONG.

A interação foi analisada com base nos preceitos socioecológicos de um Parque Estadual, sendo destacados pontos que indicam interesses ou visões distintas sobre o Parque e seus elementos naturais, podendo, desse modo, visualizar possíveis causas da relação mantida e eventuais conflitos existentes.

## Resultados e discussão

### Gestor

A respeito da participação da sociedade, em especial as comunidades de entorno, na elaboração das fases do Plano de Manejo, o gestor afirmou que houve participação de segmentos da sociedade, e que tal participação, por meio de oficinas e audiências públicas, será a base de processos futuros. Ressaltou o papel de agente multiplicador das pessoas a favor da conservação e a possibilidade de ações integradas. Quanto ao Conselho Consultivo, ainda não implantado à época, o gestor afirmou que sua criação é importante e urgente para o cumprimento do SNUC. Há indícios de participação da comunidade na criação do PEXJ, mas não na elaboração da fase 1 do Plano.

Em 2003, início da gestão do então gestor, houve uma reunião com moradores do entorno para tratar de assuntos sobre o Parque<sup>8</sup>, entretanto esse tipo de ação parece não ter tido continuidade. Esse autor também identificou a falta de transparência da gestão, principalmente na comunicação externa, dificultando o relacionamento da administração com outros segmen-

a. Após a realização das entrevistas, o gestor do parque foi substituído, e seu substituto iniciou os processos de elaboração do Plano de Manejo – Fase 2 e montagem do Conselho Consultivo. Esse conjunto de acontecimentos vem mudando radicalmente o cenário de gestão, com esforços no sentido de mobilizar e envolver a sociedade civil, sobretudo as comunidades vizinhas, na gestão do PEXJ.

tos. O gestor afirmou ter encontrado dificuldades sociais e econômicas para inserção da comunidade nos assuntos e práticas de conservação, principalmente quando se trata de pessoas que desenvolvem atividades extrativas no PEXJ. De acordo com ele, há conflitos entre a gestão do Parque e essas pessoas, os quais decorrem das ações de fiscalização, que parecem ser o principal foco da atual gestão.

Hauff<sup>9</sup> notou que a fiscalização gera conflitos entre comunidades locais e administrações de UC do Brasil. No PEXJ, as atividades hoje consideradas ilegais eram praticadas pela comunidade antes mesmo de sua criação, o que pode demonstrar um caráter cultural que não é facilmente abandonado, ainda mais se considerada a falta de informação e de ações voltadas a essas pessoas. Para Lucas<sup>10</sup>, conscientizar os moradores da importância da natureza e da biodiversidade, seus valores intrínsecos, humanos ou de sustentação para a vida, é fundamental para coibir práticas ilegais em UC. Quando as unidades oferecem oportunidades de trabalho à comunidade, há maior envolvimento e muitos conflitos são dirimidos<sup>9</sup>. Sendo assim, a falta de comunicação pode não só gerar, mas também aprofundar os conflitos existentes. Para o gestor, a perda de credibilidade com a comunidade se devia à estagnação do Plano de Manejo. O distanciamento, ainda, era causado pela falta de esforços para inserção da comunidade, seja por dificuldades financeiras, operacionais ou internas de gestão.

É importante, para não atribuir a baixa inserção da comunidade apenas à falta de ações da administração do Parque, ressaltar que, de acordo com membros da ONG “SOS Itaquitanduva” e com o diretor do Parque, poucas pessoas procuravam se informar ou tratar de assuntos relativos ao PEXJ.

### Moradores

Foram entrevistadas 16 mulheres e 14 homens, com idade média de 46 anos. Dos entrevistados, 80% residem há mais de 10 anos no bairro, sendo o tempo médio de moradia 24,4 anos. O grau de escolaridade dos entrevistados é, em geral, baixo (Tabela 1).

A ocupação dos entrevistados foi dividida em empregatícia (43,3%) e autônoma (20%), havendo, ainda, 26,7% de aposentados. Os demais não possuíam emprego, por motivos variados. Nenhum entrevistado fazia parte de ONG ou associação relacionada ao Parque, e 70% disseram ter interesse em participar do desenvolvimento de atividades relacionadas ao PEXJ.

Apenas 6,7% dos entrevistados nunca visitaram o Parque e,

do restante, 56,6% visitavam com frequência superior a uma vez por mês. Quatro entrevistados visitaram a área apenas antes da criação do PEXJ.

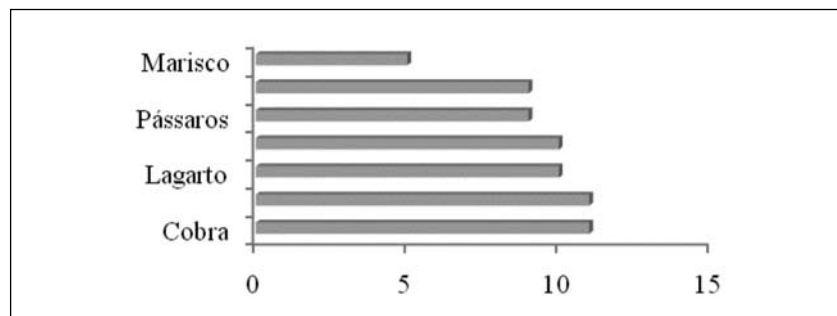
As atividades praticadas pelos entrevistados no território do PEXJ mostraram variações entre o período anterior e posterior à criação da unidade. As atividades de lazer aumentaram em até sete vezes, e as de aquisição de recursos diminuíram quatro vezes, ocorrendo atividades escolares para conhecimento e outras relacionadas a cuidados com a área.

O conhecimento da fauna e flora do PEXJ pela população foi baixo, sendo citados 3 elementos da flora e 33 da fauna. Para a fauna, somente animais utilizados como recurso alimentar, econômico e alvo de caça foram citados mais de cinco vezes (Figura 1).

**Tabela 1.** Número e porcentagem dos entrevistados quanto ao grau de escolaridade

ESCOLARIDADE	Nº	%
Analfabeto	1	3,3
Ensino Fundamental Incompleto	7	23,3
Ensino Fundamental Completo	7	23,3
Ensino Médio Incompleto	4	13,3
Ensino Médio Completo	8	26,7
Ensino Superior Incompleto	2	6,7
Ensino Superior Completo	1	3,3
TOTAL	30	100

**Figura 1.** Grupos faunísticos citados pelos moradores do Bairro Japuí, associados ao PEXJ



Quanto às diferenças do PEXJ com outras áreas verdes, duas pessoas disseram não perceber nenhuma diferença. As respostas obtidas foram agrupadas em categorias ou condições da área: *Serviços do Meio Ambiente* teve 26,4% das menções, apresentando-se dez diferenças, sendo que a mais frequente, ar puro, foi mencionada por apenas cinco entrevistados; *Conservação/Preservação*, com 20,8%, teve como diferença mais frequente a preservação (4 citações); *Aspectos Cênicos* apareceu em 13,2% vezes, sendo a beleza o item mais citado (3 vezes); *Cuidados com a Área do Parque* apareceu também em 13,2% dos questionários, porém nenhuma diferença foi citada mais de uma vez. Outras categorias menos citadas foram *Potencial de Visitação* (5,7%), *Presença de Bicas* (5,7%), *Área Protegida* (3,8%), *Ocupação* (3,8%), *Afetividade* (3,8%) e *Acesso* (3,8%). Considerando que a diferença mais citada foi mencionada por apenas cinco moradores, e que era intuitiva, observa-se o mesmo padrão observado para conhecimento da fauna e flora, havendo baixa informação ambiental entre os entrevistados.

Dos entrevistados, 60% detectaram problemas no PEXJ e sugeriram medidas corretivas. Os problemas referem-se à *Conservação* (34,5%), *Segurança* (17,2%), *Gestão* (13,8%), *Ocupação* (10,3%), *Limpeza* (10,3%), *Acesso* (6,9%), *Atuação da ONG "SOS Itaquitanduva"* (3,5%) e *Disponibilidade de Informação* (3,5%) e às ações de correção à fiscalização, medidas informativas, de gestão e à prática de denúncia. Metade das pessoas que não detectaram problemas no Parque nunca o visitou ou deixou de visitá-lo. Os problemas relacionados ao *Acesso* relacionaram-se com o alto grau de dificuldade da trilha, tendo sido sugerida até mesmo a abertura de uma via para carros para solucionar tal problema. Essa proposta refletiu

o desconhecimento, à época, da comunidade frente aos objetivos de um Parque. Quanto ao problema de *Disponibilidade de Informação*, relacionou-se a incerteza sobre a qualidade da água da bica localizada fora da área do PEXJ, devido a um suposto estudo sobre potabilidade que não teria informado à comunidade os resultados obtidos. A medida de correção sugerida foi verificar sua potabilidade. Os Quadros 1, 2, 3, 4 e 5 relacionam os outros problemas e as respectivas sugestões de correção.

Cerca de 43,75% das sugestões de correção relacionaram-se com fiscalização. Esse percentual relativamente alto pode refletir a postura assumida pela instituição responsável pela gestão do Parque, que, como já mencionado, parecia na época estar mais direcionada à fiscalização. Assim, a comunidade passava a enxergar tal prática como uma ação de gestão efetiva e passível de ser desenvolvida, o que explicaria por que a participação da comunidade nos processos de gestão e manejo não apareceu como solução para alguns problemas.

Quando questionados sobre achar que o PEXJ produz benefícios à comunidade, a resposta positiva foi unânime, sendo relacionados 32 itens que foram agrupados em sete categorias. Entre os benefícios classificados como *Serviços do Meio Ambiente*, os mais citados foram o ar puro e a saúde, com quatro menções. Quanto à *Recreação*, o item mais citado (8 vezes) foi o lazer. Cinco itens mencionados referiam-se aos *Aspectos Cênicos*, sendo mais citadas a beleza e a natureza (2 menções). O benefício mais frequente quanto à *Segurança* foi citado duas vezes e o relativo à *Obtenção de Recursos* foi a pesca, prática proibida no PEXJ, com 3 citações. Foram relacionados dois benefícios *Econômicos*, a chegada de turistas consumidores ao bairro

(4 menções) e o cultivo de banana (atividade proibida no Parque, com uma citação). Quanto à *Educação*, foi citado o potencial em promover noções de ecossistemas e de meio ambiente. Um entrevistado disse que o PEXJ gera benefícios aos animais.

O fato de 100% dos entrevistados acharem que o Parque gera benefícios à comunidade pode ser indicativo de uma alta afetividade pela área, o que é corroborado pela postura de não ocupar este território, mesmo antes da criação do PEXJ. Um ponto importante a ser destacado é que, pelo fato de poucas pessoas relacionarem os mesmos itens, fica claro o desconhecimento sobre as potencialidades de uma UC, por exemplo, quanto à geração de renda à comunidade, ao desenvolvimento de atividades educativas, à inserção das pessoas nos processos democráticos, entre outros.

A maioria dos entrevistados (83,3%) não acha que o Parque produz prejuízos à comunidade. Cinco moradores relacionaram prejuízos quanto à *Segurança* (60%) e à *Limpeza* (40%), devido à presença de usuários de drogas, marginais que se escondem no PEXJ, ocorrência de assaltos nas trilhas e de turistas que deixam lixo no Parque.

Dos entrevistados, 86,7% responderam saber que a área do PEXJ é protegida por lei, entretanto, entre os que sabiam que a unidade tem uma sede administrativa (46,7%), apenas seis moradores responderam corretamente onde está instalada.

Sobre quais atividades são permitidas no Parque, cinco moradores não souberam responder, e apenas um disse que nenhuma atividade é permitida. Foram relacionadas práticas de recreação, colaboração com a preservação, educação e obtenção de recursos; dessas, 17,4% são atividades proi-



**Quadro 1.** Problemas identificados pelos moradores relativos à conservação e sugestões de correção

Problemas	Medidas corretivas	Especificação das medidas
Retirada da mata	Fiscalização (44,5%)	Fiscalização
		Ter/Manter guardas
		Entidade que cuida vir olhar as vezes
Queimada	Informação (33,3%)	Incentivo para preservar a natureza
Retirada de terra das encostas		Educar o ser humano
Falta de conservação		Ter placas informativas
Caça	Gestão (11,1%)	Ter órgão competente que cuide
	Denúncia (11,1%)	Denunciar

**Quadro 2.** Problemas identificados pelos moradores relativos à segurança e sugestões de correção

Problemas	Medidas corretivas	Especificação das medidas
Usuários de drogas	Fiscalização (42,8%)	Ter guardas/seguranças
Morte de pessoas		Ter fiscalização no mato
Ossada humana	Infraestrutura (28,6%)	Melhorar a trilha
Usuários picados por cobra		Ter telefone no início da trilha
Usuários picados por cobra	Serviço Público (14,3%)	Ter guarda municipal no bairro
	Gestão (14,3%)	Ter autoridades competentes

**Quadro 3.** Problemas identificados pelos moradores relativos à gestão e sugestões de correção

Problemas	Medidas corretivas	Especificação das medidas
Falta administração	Fiscalização (60%)	Ter monitores que cuidem
		Órgão competente que cuide
		Ter mais fiscalização
Falta de cuidado das instituições responsáveis	Gestão (20%)	Pessoas que gostem cuidando, não só que tenham interesse
Totalmente abandonado	Informação (20%)	Ter mais divulgação

**Quadro 4.** Problemas identificados pelos moradores relativos à ocupação e sugestões de correção

Problemas	Medidas corretivas	Especificação das medidas
Intenção de construir condomínios	Fiscalização (60%)	Ter guarda florestal
		Ter fiscalização no mato
		Entidade que cuida vir olhar as vezes
Construção de casas	Gestão (40%)	Pessoa da comunidade ou IBAMA que cuide
		Ter autoridades competentes

bidatadas, entre as quais, pescar, coletar mariscos, coletar poucas porções de marisco e acampar.

Quatro entrevistados não souberam quais práticas são proibidas, dois disseram que nada é proibido no Parque e outros dois responderam que todas as atividades são proibidas, pois o PEXJ está fechado. Dezesesseis entrevistados (66,7%) conhecem ou já viram pessoas praticando nove das 19 atividades citadas como proibidas, entre as quais, construção de casas, caça (de tatu e lagarto), descarte de lixo, matança de animais, desmatamento, acampamento, queimada, corte de bambu e pesca.

Os entrevistados foram indagados quanto a terem sido convidados para participar de algum evento relacionado ao PEXJ e quem os convidou. A maioria, 63,3%, nunca foi convidada, o restante afirmou ter sido convidada, seja pela ONG (7 pessoas), pelo extinto Centro Comunitário, pelo projeto TAMAR, por amigos ou por um candidato a vereador.

Aos entrevistados pediu-se que classificassem a divulgação de informações do Parque à comunidade; a gestão do Parque; a relação pessoal com o gestor; e a relação que a comunidade mantém com o PEXJ como boa/bom, regular ou ruim (Tabela 2).

É importante ressaltar que dos 28 entrevistados que não conheciam o gestor, 26 sequer sabiam que existia uma pessoa ocupando tal função.

Sobre a existência de algum órgão ou alguém que representasse os interesses da comunidade à gestão do Parque, 56,7% dos entrevistados disseram não existir; 16,7% citaram a ONG “SOS Itaquitanduva”; 10% mencionaram uma moradora do bairro; e 16,6% não souberam responder.

Quanto a sugestões e/ou críticas a respeito do Parque, 23,3% das pessoas disseram não ter o que fa-

**Quadro 5.** Problemas identificados pelos moradores relativos à limpeza e sugestões de correção

Problemas	Medidas corretivas	Especificação das medidas
Jogam lixo	Fiscalização (25%)	Proibir o descarte de lixo
Sujeira na trilha	Infraestrutura (25%)	Ter lixeiras
	Gestão (25%)	Manter a limpeza
Falta limpeza	Informação (25%)	Conscientizar os usuários

lar. As sugestões disseram respeito a *medidas informativas* (42,9%), *ações de gestão* (28,6%), *fiscalização/segurança* (19%) e *melhoria de infraestruturas* (9,5%). Algumas sugestões tratavam de atividades proibidas em uma UC de proteção integral, como por exemplo, a permissão para construção de um condomínio e o plantio de árvores frutíferas. Outras eram bastante necessárias para otimizar práticas de gestão e manejo, entre as quais: “*Que diretores e secretários fizessem reuniões, palestras nas escolas para que o povo tivesse mais consciência e responsabilidade*” e “*Ter um lugar para explicar pra quem não entende*”.

As críticas relacionaram-se à *gestão* (57,1%), à *limpeza, segurança e proibições* (com 14,3%). A crítica a seguir revela a compreensão de um morador sobre a importância de pessoas ligadas ao cotidiano do PEXJ no desenvolvimento de atividades: “*Vir gente de São Paulo ou do Rio de Janeiro pra cá e querer fazer alguma coisa é difícil*”. De acordo com Oliveira<sup>11</sup>, a falta de informação a respeito

das UC para as comunidades gera conflitos de conservação e preservação. A falta de informação parece ser o problema que leva ao distanciamento da comunidade e da gestão do PEXJ, além de trazer impactos negativos à conservação do território.

As críticas e as sugestões demonstram o descontentamento dos moradores com a maioria dos fatores que cercam o PEXJ, como a fiscalização, segurança, infraestrutura, informação, práticas de gestão e administração. Esse sentimento pode ser mais um reflexo do desconhecimento dos moradores sobre o Parque e da ausência de comunicação entre o PEXJ e a comunidade.

#### ONG “SOS Itaquitanduva”

A ONG “SOS Itaquitanduva” atua de maneira informal, há cerca de 30 anos, distribuindo sacolas de lixo aos visitantes do PEXJ e fazendo mutirões de limpeza na praia de Itaquitanduva. Sua existência foi formalizada no ano de 2000, e no final de 2007 seus membros foram substituídos, sendo estes os entrevistados nesse trabalho. Sabe-

se que houve uma nova troca nos diretores da ONG, em documento enviado à UNESP em janeiro de 2009. No início dessa gestão, a ONG buscou firmar parceria com o PEXJ, mas não obteve sucesso devido à relação conflituosa que a última gestão da organização mantinha com a administração do Parque, situação que se repetiu à época da condução do presente trabalho.

Dessa entidade foram entrevistados o presidente, o vice-presidente e a tesoureira, os quais representavam a ONG à época<sup>b</sup>.

A idade média dos entrevistados foi de 27 anos, dois deles concluíram o Ensino Superior e um, o Ensino Médio. Os três visitavam o PEXJ com frequência e praticavam atividades de lazer. Sobre o conhecimento da fauna e flora do Parque, foram citados mamíferos (70%), aves (20%) e répteis (10%) e nenhum representante da flora. As diferenças entre o PEXJ e outras áreas verdes referiam-se à *Conservação/Preservação* (75%) e ao *Acesso* (25%). Para o primeiro caso, mencionou-se a total preservação do território do Parque, revelando baixo conhecimento a respeito do PEXJ, uma vez que existem no território espécies exóticas, invasoras e trechos estagnados quanto às dinâmicas sucessionais.

Os três entrevistados, quando questionados sobre os benefícios do PEXJ à comunidade, citaram apenas benefícios futuros, o que

**Tabela 2.** Classificação da opinião da comunidade do JapuÍ quanto a: divulgação de informações do PEXJ ao público; gestão; relacionamento pessoal com o gestor; e relacionamento da comunidade com o PEXJ

Opinião quanto à	Boa	Regular	Ruim	Não souberam responder	Total
Divulgação de Informações	10,0%	20,0%	60,0%	10,0%	100%
Gestão do Parque	26,7%	23,3%	46,7%	3,3%	100%
Relação pessoal com o gestor	3,3%	0%	3,3%	93,3%*	100%
Relação da comunidade com o PEXJ	60,1%	23,3%	13,3%	3,3%	100%

\* não responderam a questão pois não conhecem o gestor

b. Após a realização da entrevista, os três membros da ONG foram substituídos.

demonstra o desconhecimento sobre os benefícios já proporcionados, como os bens e serviços do meio ambiente. Uma diferença observada entre membros da ONG e moradores do bairro, foi o reconhecimento, por um componente da organização, de que o Parque pode trazer benefícios econômicos à comunidade. Quanto aos prejuízos, um entrevistado mencionou que, como estava à época, o Parque era uma área economicamente improdutiva, mal frequentada e perigosa. Tal crítica claramente demonstrava insatisfação sobre como o PEXJ vinha sendo administrado até aquele momento.

Esse mesmo membro da ONG disse, mostrando ironia, que todas as práticas são permitidas, pois o Parque não está efetivamente implementado. Os outros dois disseram que nenhuma atividade é permitida, entretanto, uma vez que frequentam o PEXJ, fica claro o desconhecimento sobre o que é realmente permitido e proibido, assim como os motivos das proibições. Um entrevistado citou caça, pesca e retirada de plantas como proibidas. As três pessoas disseram já ter visto alguém praticando as atividades proibidas, sendo ressaltado o uso de maconha.

Quanto a terem sido convidados a participar de eventos relativos ao PEXJ, apenas o presidente foi convidado, em 1998, por amigos, para reuniões temáticas durante o início

da elaboração da fase 2 do Plano de Manejo, a qual acabou não sendo concluída por razões técnicas.

Os entrevistados consideraram ruins: a divulgação de informações para a comunidade, a gestão do Parque e a relação com o gestor (Tabela 3), enquanto a relação da comunidade com o Parque foi considerada boa. Esses dados mostram a existência, à época, de conflitos entre a ONG e o Parque e seu gestor, o que dificulta a prática da corresponsabilidade proposta por AS/GESET<sup>12</sup>.

Embora os entrevistados tenham considerado a ONG uma entidade representativa dos interesses da comunidade perante a administração do PEXJ, apenas cinco moradores do JapuÍ a reconheciam como tal. Além disso, os membros da organização mencionaram que a maioria dos moradores não recorre à ONG para tratar de assuntos do Parque. Ademais, considerando a relação da ONG com o Parque e seu gestor como conflituosa, tornava-se muito difícil que ela pudesse servir como porta-voz da comunidade, pelo menos nas condições vigentes no período analisado.

As considerações finais feitas pelos membros da ONG foram que todos devem se unir para melhoria do PEXJ, que a comunidade deve se integrar com a ONG e que o Parque necessita de melhorias em sua infraestrutura.

## Conclusões

Embora os moradores do JapuÍ apresentassem afetividade pelo PEXJ, seu nível de informação ambiental e conhecimento em relação ao Parque eram baixos. O envolvimento da comunidade com o Parque era muito superficial, assim como eram poucos os esforços do órgão gestor para inseri-los. Essa situação era um reflexo do processo de criação do Parque, que não incluiu as comunidades de entorno nos debates e de problemas de comunicação e postura do órgão gestor, cuja administração havia sido historicamente focada na fiscalização. Como reflexo, criou-se um cenário de distanciamento entre o PEXJ e a comunidade do JapuÍ, além de um conflito com os membros da ONG SOS Itaquitanduva, caracterizado por uma nítida falta de interesse dos moradores e pela baixa disposição da ONG e da administração do Parque em dialogar. A situação foi agravada pela indisponibilidade de informações sobre o Parque para a comunidade.

Com a mudança de gestor, a entrada da Universidade como mediadora no estabelecimento do Plano de Manejo e a formação do Conselho Consultivo, esse cenário vem se modificando. Mesmo assim, os dados aqui obtidos mostram a necessidade permanente de implantação de ações participativas pela gestão do PEXJ, para que seus objetivos

**Tabela 3.** Classificação da opinião de membros da ONG quanto a: divulgação de informações do PEXJ ao público; gestão; relacionamento pessoal com o gestor; relacionamento da ONG com a administração do Parque; e relacionamento da comunidade com o PEXJ

Opinião quanto à	Boa	Regular	Ruim	Não responderam	Total
Divulgação de Informações	0%	0%	100,0%	0%	100%
Gestão do Parque	0%	33,3%	66,7%	0%	100%
Relação pessoal com o gestor	0%	0%	66,7%	33,3%*	100%
Relação da ONG com administração do PEXJ	33,3%	0%	66,7%	0%	100%
Relação da comunidade com o PEXJ	66,7%	33,3%	0%	0%	100%

\* não conhecem o gestor

culturais, educacionais, sociais e conservacionistas sejam alcançados e atendam às diferentes expectativas, uma vez que o manejo e a

conservação ecológica tendem a ser mais efetivos quando os processos são participativos. É importante que as pessoas sejam informadas

sobre o PEXJ, pois somente assim estarão efetivamente aptas em contribuir para a gestão participativa.

### Agradecimentos:

Ao antigo gestor do PEXJ, senhor Eduardo Lourenço, e ao atual gestor, Eng. Florestal Joaquim do Marco Neto, pela disponibilidade, apoio e fornecimento de informações; ao Senhor Julio Vellardi, coordenador regional do Instituto Florestal no período da pesquisa; ao historiador Fernando Litch, pelo fornecimento de informações e esclarecimentos importantes; aos funcionários do PEXJ, pelo apoio logístico; à ONG SOS Itaquitanduva e aos membros da comunidade do Bairro JapuÍ, pela acolhida e apoio; ao Dr. Newton José Rodrigues da Silva, pela ajuda com os referenciais teóricos.

---

## REFERÊNCIAS

1. IBAMA & WWF Brasil. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil – implementação do método RAPPAM – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação. Brasília: IBAMA; 2007 [acesso em 20 Mar 2008]. Disponível em: [wwwf.org.br/downloads/efetividade\\_de\\_gestao\\_das\\_unidades\\_de\\_conservacao\\_federais\\_do\\_Brasil.pdf](http://wwwf.org.br/downloads/efetividade_de_gestao_das_unidades_de_conservacao_federais_do_Brasil.pdf)
  2. IUCN. Parks for life: report of the 4<sup>th</sup> World Congress on National Parks and Protected Areas. Gland, Switzerland: IUCN; 1993.
  3. Brasil. Ministério do Meio Ambiente. 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: Ministério do meio ambiente; 2001.
  4. Cunha IA. Política ambiental local, negociação de conflitos e sustentabilidade: São Sebastião, Costa Norte de São Paulo. In: Abramovay R, organizador. Construindo a Ciência Ambiental. São Paulo: Annablume; 2002.
  5. Diegues AC, Moreira ACC, organizadores. Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAU/USP; 2001.
  6. Lutgens HD. Caracterização ambiental e subsídios para o manejo da zona de amortecimento da Estação Experimental e Ecológica de Itirapina, SP. Rio Claro (SP): UNESP; 2000.
  7. Pieve SMN, Miura AK, Rambo AG. A pesca artesanal na colônia São Pedro (Z3), Pelotas, RS. Anais... Londrina: XLV Congresso da Sobe; 2006.
  8. Oliveira FBR. Estratégia de informação para gestão de unidades de conservação. São Vicente (SP): UNESP; 2006.
  9. Hauff SN. Relações entre comunidades rurais locais e administração de Parques no Brasil: subsídios ao estabelecimento das zonas de amortecimento. Curitiba: UFPR; 2004.
  10. Lucas PHC. Protected Landscapes. A guide for policy-makers and planners. The IUCN Protected Areas Programme. London: Chapman & Hall; 1992.
  11. Oliveira IAO. Gestão de conflitos em Parques: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Praia da Pinheira, SC. Florianópolis: UFSC; 2005.
  12. AS & GESET. Terceiro Setor e desenvolvimento social. Relato Setorial n. 3; 2001.
- 

*Recebido em 28 de outubro de 2010  
Versão atualizada em 18 de novembro de 2010  
Aprovado em 20 de dezembro de 2010*